

POLÍTICA

Sarney manda aviso: é guerra mesmo!

O presidente, segundo seus assessores, cansou de ser golpeado pelas costas. Vai endurecer ainda mais a pressão. Ontem, até Ulysses teve de fazer uma confissão de fé.



Antes da manifestação de Ulysses, porém, o presidente Sarney decidiu cancelar a viagem oficial que faria à Colômbia, nos próximos dias 23, 24 e 25, informou o porta-voz interino do Itamaraty, Marco Antonio Brandão. "Em virtude dos trabalhos da Constituinte, o presidente Sarney considerou mais aconselhável permanecer no

O presidente Sarney não vai retirar uma vírgula da advertência que fez à Constituinte, classificando de "inimigos" aqueles que votarem contra o mandato de cinco anos. Ao contrário, a tendência agora é endurecer, pois cansou de ser golpeado pelas costas com atitudes inesperadas de políticos que não cumprem promessas feitas em conversas particulares.

A garantia foi dada ontem por uma alta fonte do Palácio do Planalto, corrigindo o líder do PMDB na Câmara, Carlos Sant'Anna, que tentou corrigir as palavras do presidente quando imaginou, num primeiro momento, que as advertências transmitidas pelo porta-voz Frota Neto, antontem, estavam surtindo um efeito contrário. As reações negativas à "declaração de guerra" de Sarney foram anotadas logo cedo no Palácio do Planalto por uma equipe de assessores que não largou o alto-falante que transmite as sessões da Câmara e tomava nota das críticas dirigidas ao presidente de República.

De imediato, essa equipe constatou que

as críticas partiam daqueles que há muito tempo Sarney identifica como inimigos. Exemplos: José Genofino Neto (PT) e Fernando Henrique Cardoso (PMDB), entre outros. Sendo assim, não constituíram novidade para o presidente, restando apenas a surpresa com a tentativa de correção do líder Carlos Sant'Anna.

"O presidente Sarney não pode recuar dessa atitude mais enérgica, que na verdade é uma exigência daqueles que o estão apoiando" — explicou um importante assessor presidencial, preocupado com o tom de deboche assumido por alguns constituintes quando souberam da advertência do presidente. "O apoio ao presidente está custando um preço muito alto", admitiu.

Segundo disse, Sarney, deseja expor ou forçar os seus inimigos a se exporem. Especialmente nos casos em que se sente traído por constituintes com os quais se identificou ou, direta ou indiretamente, ajudou a eleger. Três deles indetificáveis: Jarbas Passarinho, presidente do PDS; o deputado

João Herrmann (PMDB-SP), e o senador Pompeu de Souza (PMDB-DF).

Ulysses e a viagem

No final da tarde, usando um recurso pouco comum, o Palácio do Planalto mostrou que havia disposição para defender o endurecimento do presidente Sarney — e reproduziu, na íntegra, sem timbre da Presidência, as declarações do presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, segundo as quais reitera sua posição presidencialista com mandato de cinco anos e admite ser a reação de Sarney uma resposta de quem se sente ameaçado de discriminação por aqueles que querem reduzir o seu mandato. Ulysses acrescentou: "Na Comissão de Sistematização, votamos no sentido de não haver discriminação. Contra quem quer que seja ou de qualquer forma. Quero também dizer que a Constituinte e os constituintes vão se orientar e decidir pela sua consciência. Ou é uma Constituinte ou não tem as condições de exercer o seu dever na sua soberania" — acentou.

Pais", acrescentou. O presidente manteve, no entanto, o compromisso de participar da reunião de cúpula do "Grupo dos Oito", que será realizada nos dias 27 e 28 em Acapulco, no México, para uma decisão conjunta sobre o endividamento externo da América Latina.

Segundo versão transmitida por fontes do Planalto, foi o deputado Ulysses Guimarães que pediu ao presidente da República para reduzir ao máximo possível o tempo em que se ausentaria do País, por que não queria ficar afastado muito tempo dos trabalhos da Constituinte, embora tivesse pensado em se licenciar da presidência do Congresso Nacional enquanto exercesse interinamente a Presidência da República.

Por último, uma prova cabal de que o presidente Sarney e seus ministros presentes em Brasília se dedicam, nestes dias, a "garimpar" votos para os cinco anos de mandato: as agendas, ontem, incluíam audiências a deputados de várias tendências, a cada 15 minutos, num frenesi também incomum para o ritmo palaciano.

Inimigos?

João Herrmann e Pompeu de Souza dizem que não, mas querem as diretas em 88, enquanto Jarbas Passarinho (também na lista de Sarney) quer mandato de cinco.



tífica sua posição favorável à convocação de eleições diretas, no próximo ano, para presidente da República.

Ligado ao chefe do governo há mais de trinta anos, seu ex-auxiliar no Senado, ex-secretário de Educação do governo do Distrito Federal, ele tem sido criticado, nos meios oficiais, por reclamar eleições diretas para presidente da República, em 1988. Sua vitória, ano passado, é atribuída ao empenho direto de Sarney.

"Voto pelas eleições diretas, na dupla qualidade de amigo do Brasil e de Sarney, embora, pelo que li hoje, ele deve estar me considerando seu inimigo", afirma.

Pompeu acha que, quando o homem público assume compromisso com o povo, deve cumpri-lo rigorosamente, "sob pena de desmoralizar-se, desmoralizar a classe política e a própria vida pública". "O compromisso de Sarney está expresso no próprio texto da mensagem que ele enviou a 7 de maio de

1985 a propósito das eleições diretas. Ao discursar, na solenidade de envio da mensagem ao Senado, ele disse que seu mandato devia ser de quatro anos."

Pompeu de Souza não aceita que fale de ingratidão para com o presidente:

"Devo minha eleição ao eleitorado do Distrito Federal. O meu amigo José Sarney foi partidário de minha eleição. Não creio que ele tenha o poder demérgico de produzir mandatos parlamentares. Apoiou-me. Não tenho a menor dúvida. E eu o apoiarei, em qualquer situação que não contrarie o interesse nacional e o interesse dele próprio. Porque se Sarney assumisse a iniciativa de propor eleições presidenciais em 1988, convalidaria o restante do seu governo. Ganharia credibilidade e popularidade e realizaria o fecho do soneto de Pedro II, 'alcançaria a Justiça de Deus na voz da História'. Já disse isto a ele mais de uma vez".

"Continuo a favor dos cinco anos do mandato presidencial, apesar da distinção, feita pelo porta-voz, entre amigos e inimigos do presidente José Sarney", afirmou ontem, bem-humorado, o presidente do PDS, senador Jarbas Passarinho.

Na Assembléia Nacional Constituinte, não há quem identifique os motivos pelos quais o presidente da República estaria insatisfeito com o desempenho do político paraense. Ele preside o PDS, partido teoricamente de oposição ao governo. Oposição

exercida apenas na área econômica e, assim mesmo, por dois ex-ministros do Planejamento, Roberto Campos e Delfim Neto. O próprio líder Amarel Neto que, ano passado, apelava até para agravos pessoais ao presidente José Sarney, deixou de fazê-lo, alegando temer beneficiar a candidatura do ex-governador do Rio, Leonel Brizola, à Presidência da República.

Absorvidos pelos trabalhos da Constituinte, os pedessistas não têm tido tempo de fazer oposição. Passarinho atendeu ao chamado do presidente José Sarney para ir conversar com ele sobre a reorganização de seu dispositivo político-parlamentar. Deu conta ao partido do apelo do chefe do governo. Os pedessistas preferiram manter a postura oposicionista responsável.

Há quem atribua a nomeação de Jader Barbalho para o Mirad ao reconhecimento de Sarney pelo seu empenho na volta de Jarbas Passarinho ao Senado.

Ex-ministro dos governos Costa e Silva, Médici e Figueiredo, Passarinho foi derrotado em 1982, depois de haver conquistado dois mandatos seguidos de senador. Em 1986, sem fazer campanha eleitoral, por preferir se manter ao pé do leito de sua mulher, Rute, gravemente enferma e que veio a falecer este ano, teve o apoio de um dispositivo de forças que reunia PMDB, PDS e o Partido Comunista Brasileiro e a simpatia do então governador do Pará, Jader Barbalho.

"Para que o presidente José Sarney saia do governo para a História e não pelo egoísmo é preciso que convoque novo pacto nacional que se fará inequivocamente a partir do chamamento de todas as camadas da sociedade ao voto."

Assim o deputado João Herrmann Neto (PMDB-SP) explica por que, apesar de amigo pessoal do presidente e de seus filhos, deputado Sarney Filho (PFL-MA) e de Roseana Sarney, está lutando por eleições diretas para presidente da República, no próximo ano, ou seja, mandato de quatro anos para Sarney.

"O governo não tem mais a crença dos jovens nem o respeito dos velhos. Distanciou-se de todas as forças que lhe davam sustentação. Ele está em cima de um tecido esgarçado, numa rede pendurada num só gancho que não tem condições de sustentar ninguém. O governo se distanciou dos movimentos sociais, da burguesia produtiva, da comunidade financeira nacional e internacional, se distanciou até do projeto mais banal da sociedade que é o projeto liberal. Afastou-se dos detentores da riqueza", segundo seu diagnóstico.

João Herrmann Neto acha que Sarney não tinha por que fazer governo de realizações como Washington Luís ou Juscelino Kubitschek. "Tinha de ser o presidente que restaurasse a democracia, normalizasse as relações entre Estado e a nova sociedade,

devolvesse a fé ao povo. A Sarney, além da transição, competia entregar ao sucessor um Brasil de frente e não de costas para a História. Esta posição altiva é que me colocaria, se fosse presidente da República, e a que exijo do meu presidente."

O parlamentar paulista alega que "conjunturalmente" é a favor das eleições diretas "porque o Brasil não suporta mais ser tutelado por quem não tenha representatividade".

Ele garante, porém, manter sua amizade ao chefe do governo a quem se ligou logo que chegou a Brasília:

"Sou muito de seus filhos daqui, Zequinha e Roseana. Quando ser filho do presidente do PDS era chaga social, comprometi-me com eles. Através deles, promovi contatos do esgarçado José Sarney com o presidente Ulysses Guimarães, em meu apartamento. Não creio tenha sido o Sarney, do PDS, o Sarney do PMDB nem tampouco o Sarney, presidente da República que me tenha garantido a reeleição. Quem garantia minha volta à Câmara foi a confiança dos eleitores na coerência de minhas idéias".

Inimigo Pompeu

"O presidente José Sarney apoiou minha candidatura ao Senado. E eu o apoiarei em qualquer situação, que não contrarie o interesse nacional e o dele próprio." Assim o senador Pompeu de Souza (PMDB-DF) jus-

As ameaças do presidente, confirmadas nos desmentidos.

O anúncio, antontem do agora ex-porta-voz da Presidência da República, Frota Neto, de que o presidente Sarney consideraria seu inimigo o constituinte que votar contra o mandato de cinco anos, provocou ontem fortes reações contrárias na Comissão de Sistematização, enquanto o líder do governo, deputado Carlos Sant'Anna, procurava dar outra versão ao caso e acusava a imprensa de "distorcer maliciosamente" os fatos.

Ao mesmo tempo, parlamentares que conversaram antontem com o presidente da República revelavam que a partir do início da próxima semana, logo após o resultado da votação de domingo na Comissão de Sistematização (que deverá definir o mandato do atual presidente), Sarney pretende mudar seu estilo de governo, governando só com os amigos que lhe forem fiéis. Segundo eles, Sarney não ameaçou nem está ameaçando ninguém, mais decidido, de agora em diante, a não mais prestigiar os políticos que não o prestigiarem.

Segundo Carlos Sant'Anna, Sarney "tem sabido respeitar a dignidade dos constituintes e por isso mesmo não teria feito afirmações tão contundentes como as que estão nos jornais". O deputado Daso Coimbra (PMDB-RJ), que também participou da reunião de antontem com Sarney, disse que Frota Neto assistiu apenas ao final da conversa e a procurou traduzir "mais ou menos". Na versão de Daso, Sarney referiu-se apenas aos "amigos" e teria dito: "Alguns amigos votaram o parlamentarismo e respeitei a convicção política deles. Agora, alguns querem votar pelos quatro anos, o que passa a ser uma coisa específica contra o presidente atual. Nesse caso, o amigo que votar pelos quatro anos não posso mais considerá-lo meu amigo. E meu inimigo porque foi uma coisa pessoal, estabelecida especificamente para o meu governo".

Apesar das explicações de Sant'Anna e de Daso, nem mesmo o vice-líder do PMDB,



Carlos Sant'Anna

Antonio Brito

deputado Antônio Brito (RS), as aceitou: "Como brasileiro e constituinte exigo que o Planalto diga afinal se o porta-voz fala ou não em nome do governo". Acrescentou que não aceita "o retorno do País ao tempo em que a pátria era dividida entre amigos e inimigos".

Sant'Anna voltou a falar depois de ouvir inflamados protestos, como os de José Genofino (PT-SP) e Roberto Freire (PCB-PE), e recebeu vaias do plenário quando disse que Sarney não é de ameaçar ninguém.

"O que Sarney disse está certo. O PMDB precisa assumir sua posição: ou está com Sarney ou está contra Sarney" — defendeu o deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), um dos coordenadores do Centrão.

"Você está certo" — respondeu o deputado Fernando Lyra (PMDB-PE). "Acho que o nosso partido precisa definir seu rumo. Eu já me decidi: estou contra o governo Sarney e votarei pelo mandato de quatro anos".

Os líderes Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso, ambos senadores por São Paulo, admitiram que diversos parlamentares do PMDB, até então dispostos a votar na Comissão de Sistematização, a favor do mandato de cinco anos para Sarney, já não se sentem mais seguros, depois da posição do presidente, anunciada pelo porta-voz.

"O Frota Neto é um grande idiota" — reagiu o deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ), que, no entanto, desconversou quando indagado se também não seria idiota quem pediu ao porta-voz que fizesse a declaração à imprensa.

Um dos que estavam dispostos a votar nos cinco anos e ontem já estava em dúvida nos cinco anos, deputado Siqueira Camêlo (GO). E seu companheiro de partido, o deputado paulista José Maria Eymael, foi mais contundente. Disse não aceitar, não se submeter nem se curvar a pressões. E que "sua resposta a tão insolente agressão" é a manutenção de sua emenda estabelecendo eleições presidenciais 120 dias depois da promulgação da Nova Carta.

O líder do PDS, deputado Amaral Neto (RJ), depois de constatar que "o Sarney está em situação difícil", disse que mantém sua posição antiga a favor do mandato de cinco anos. Mas ressaltou: "Se sidenciar essa situação de descrédito e faulência do governo, o mandato será de três anos".

Governadores

O governador de São Paulo, Orestes Quércia, deve viajar hoje para Brasília com a missão de convencer constituintes a votar no mandato de cinco anos. Ontem, porém, ele disse não acreditar que Sarney tenha feito as declarações a ele atribuídas pelo porta-voz, "pois não é possível que isso ocorra. Acredito que aqueles parlamentares que quiserem votar quatro anos têm esse direito".

"Taticamente, não poderia ter sido mais infeliz", é a opinião do governador do Rio Grande do Sul, Pedro Simon, para quem ameaças do tipo acabam tendo efeito contrário, não intimidando os parlamentares e os provocando. No entanto, disse também não acreditar que Sarney tenha feito ameaças, pois "se há coisa que o Sarney entende é de política".

Mandato

Apreensivo com o resultado da votação, o PMDB já defende as diretas. Sempre de olho na eleição de prefeitos e temendo a aliança Lula-Brizola.

Últimas esperanças

Segundo seus próprios assessores, Sarney está incansável nestes dias. Em tempo integral ele se dedica a convocar parlamentares e mobilizar ministros seduzindo-os para que influem em seu favor na votação. A tarefa é difícil. Dos 93 membros da Sistematização 69 foram consultados ontem pelo Jornal da Tarde: 25 se manifestaram pelos cinco anos, 37 são a favor dos quatro e sete estão indecisos.

Essas contas, porém, não coincidem com as que dispõem os que defendem os cinco anos para Sarney: dizem eles já ter 47 votos. Mas os que querem quatro anos também dizem contar com 47 votos; e como a Sistematização tem 93 membros certamente uma das duas contas deve estar errada.

DIRETAS

Nova proposta: votar a data da eleição, antes da duração do mandato.

O prestígio de Sarney talvez não seja colocado em xeque neste domingo, data marcada para a votação sobre a duração do seu mandato. O deputado Maurílio Ferreira Lima, do PMDB de Pernambuco, está articulando uma inversão da ordem nas votações: ele quer que a sua emenda — propondo eleições diretas presidenciais para 120 dias após a promulgação da Constituição — seja examinada e votada antes da questão do mandato. E, se sua emenda for aprovada, não haverá motivo para a votação da duração do mandato de Sarney. Se sair derrotada, valerá como previsão para a votação seguinte.

Para inverter as votações, o deputado já conseguiu a adesão de líderes de dez dos doze partidos da Constituinte, faltando as assinaturas do PMDB e do PC do B. Mas o documento acabou esbarrando num pedido do senador Mário Covas, que quer examinar a questão com as demais lideranças partidárias e deve dar sua resposta só amanhã. Diante da decisão de Covas, retiraram suas assinaturas do documento os líderes do PT, Luís Inácio Lula da Silva, do PDT, Vivaldo Barbosa, e do PCB, Roberto Freire.

O pedido de preferência para esta votação — eleições diretas antes de mandato de Sarney — também as assinaturas de José Lourenço (PFL), Amarel Neto (PDS), Gastone Righi (PTB), Beth Azize (PSB), Adolfo de Oliveira (PL), Siqueira Campos (PDC). Ferreira Lima justificou seu pedido via "coerência": uma vez aprovado o mandato de Sarney, nas disposições transitórias, ficam prejudicadas todas as outras emendas sobre eleições presidenciais.

Quatro anos para Sarney? Então, devolve o cargo.

Pode ser coincidência, mas dois defensores de um mandato de quatro anos para Sarney já sofreram punições. Um deles em dobro: Israel Pinheiro Filho era deputado do PMDB mineiro até a semana passada. Mas, como era suplente, perdeu o lugar porque Newton Cardoso devolveu a titular à Câmara. Agora, outra punição:

o ex-deputado é também ex-nomeado assessor parlamentar do Ministério da Ciência e Tecnologia. Sua posse seria hoje, mas foi cancelada sem explicações. Paulo Rates, prefeito de Petrópolis, também se disse perseguido: não recebeu recursos do ministério de Prisco Viana para atender seu município, atingido antontem por fortes chuvas. O ministro desmentiu e chamou Rates a Brasília.

Gerais. Os dissidentes do PFL vão enviar ao presidente deste partido, senador Marco Maciel, uma carta declarando sua disposição de apoiar emenda constitucional para a convocação de eleições gerais em 1988 — de vereador a presidente da República, passando por governadores, mas com direito à reeleição. A informação foi dada ontem pelo senador Carlos Chiarelli, que disse que "estamos dando chance ao Sarney até para mais de cinco anos de mandato, porque vamos assegurar o direito à reeleição. O mesmo vale para os governadores com prestígio redobrado. E um tratamento igualitário, queremos eleições sem sermos contra ninguém. E o exemplo vai começar em casa, porque vamos abdicar do restante do nosso mandato".

Quando Ulysses falou em "suserana", os repórteres foram ao dicionário. De acordo com Aurélio Buarque de Holanda, suserano é um adjetivo para "o que possui feudo, do qual outros dependem". Refere-se ainda aos "soberanos que têm vassalagem de Estados aparentemente autônomos".

Estados pretendem contar com o peso do Centrão para reforçar os cinco anos, poderá desistir, na opinião do deputado Daso Coimbra (PMDB-RJ), um dos coordenadores do grupo. "Não podemos fazer confusão",

Os dirigentes do PMDB estão preocupados. Eles temem uma reação popular, na eventualidade de a Comissão de Sistematização aprovar, no próximo domingo, o mandato de cinco anos para o presidente Sarney. Por isso, cresce entre os líderes do partido a tendência pelas diretas já em 1988, com a adoção do parlamentarismo. Mas nem assim a cúpula peemedebista fica tranqüila. Se isso ocorrer, eles temem também que já nesta segunda-feira o PDT e o PT estarão nas ruas em pregação nacional para que o plenário da Constituinte reverta o parlamentarismo para presidencialismo que, com o benefício dos quatro anos, favorecerá a aliança natural entre Leonel Brizola e Luís Inácio Lula da Silva.

Esse quadro de controvérsias foi atentamente examinado ontem à noite durante um encontro reservado entre o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, o senador

José Richa e o relator Bernardo Cabral. Conforme disseram alguns vice-líderes do PMDB, a cúpula não está preocupada apenas com a decisão de domingo na Sistematização. O que eles discutem é a inevitável frustração popular se for aprovado o mandato de cinco anos: haveria o risco do desgaste da legenda, que a cúpula já prevê consequências nas eleições para prefeito, com o agravante da crise econômica.

Os cálculos sobre os possíveis resultados de domingo são os mais desencontrados. "Ou dá parlamentarismo com cinco anos, ou com quatro e adoção imediata", prognosticou ontem um parlamentar com bom trânsito no Planalto. "Não há acordo à vista", emendou. "Com quatro anos, o presidencialismo poderia ser restabelecido no plenário. Com cinco, seria mais difícil e, nesse caso, já em março, Sarney passaria a

ser chefe de Estado, indicando um primeiro-ministro para chefiar o governo."

As ameaças de Sarney, aliás, mereceram ontem uma reação indignada de Ulysses Guimarães. "A questão do mandato será definida de acordo com a consciência dos constituintes e, principalmente, a opinião pública", disse. "Ou a Constituição é soberana ou é suserana, não tem os requisitos de sua independência".

Quando Ulysses falou em "suserana", os repórteres foram ao dicionário. De acordo com Aurélio Buarque de Holanda, suserano é um adjetivo para "o que possui feudo, do qual outros dependem". Refere-se ainda aos "soberanos que têm vassalagem de Estados aparentemente autônomos".

Estados pretendem contar com o peso do Centrão para reforçar os cinco anos, poderá desistir, na opinião do deputado Daso Coimbra (PMDB-RJ), um dos coordenadores do grupo. "Não podemos fazer confusão",

advertir. "O Centrão não cuida dos problemas de sistema de governo nem de mandato". Mas Coimbra diz que, pelas suas avaliações, 50 votos já estariam garantidos para os cinco anos.

Nada disso, contesta o líder do PMDB na Câmara, Ibsen Pinheiro: os defensores dos cinco anos, segundo ele, "partem de um núcleo de 38 membros", enquanto que os favoráveis aos quatro anos seriam 34. So- bram, portanto, pelas suas contas, 21, que estariam esperando, antes de decidir, a votação sobre a data de implantação do parlamentarismo, o que ocorrerá antes da fixação da duração do mandato de Sarney. Se Sarney perder, terá duas opções: esperar a reversão no plenário ou antecipar mesmo as eleições amplas e gerais para que o novo presidente começasse a governar com um novo Congresso. Mas aí são os senadores e deputados que não concordam